EDITORIAL

Os artigos que integram a 6ª Edição da Revista Arandu – Norteando Direitos refletem o compromisso contínuo com o fortalecimento da produção acadêmica, a partir de contribuições jurídicas e a consolidação de diretrizes voltadas à realidade da Região Norte.

Seguindo a tradição de alternância e fortalecimento institucional que marca o periódico das 7 (sete) Defensorias Públicas da Região Norte, esta edição conta com a honrosa atuação da Defensoria Pública do Estado de Rondônia como anfitriã, coroando o esforço coletivo na difusão do conhecimento científico comprometido com as pautas amazônicas.

A 6ª Edição reafirma o papel histórico como fator de integração regional e inspiração às Defensorias de todo o Brasil.

Ao articular a produção científica dos estados nortistas com o debate nacional, a publicação demonstra que a ciência jurídica produzida na Amazônia possui densidade técnica, visão crítica e capacidade propositiva para incidir diretamente nas políticas públicas e na garantia de direitos fundamentais em âmbito federal.

Com uma seleção diversificada de manuscritos que abordam os mais variados e densos temas caros aos profissionais do Direito e pesquisadores, tal edição evidencia a pluralidade de investigações que compõem o cenário científico contemporâneo da Defensoria Pública. Os trabalhos aqui reunidos oferecem referenciais metodológicos sólidos, dados qualificados e análises

interdisciplinares que dialogam diretamente com as especificidades territoriais, sociais e institucionais do país.

Nesse horizonte, a presente coletânea organiza-se em eixos reflexivos fundamentais que espelham a complexidade da atuação institucional dentre eles discute a justiça socioambiental e os direitos da natureza além de se debruçar sobre a vulnerabilidade territorial, interculturalidade e acesso à justiça.

Os manuscritos aprofundam a tutela coletiva, inclusão material e direitos humanos, enfrentando temas como a permanência no emprego e adaptação razoável para pessoas autistas sob a ótica das Defensorias nortistas, a emancipação e valorização de catadoras e catadores de recicláveis em Mato Grosso, o direito humano à água e a desigualdade socioespacial na Ilha do Combu em Belém, bem como a acessibilidade educacional das pessoas com deficiência.

No campo das garantias fundamentais, processo penal e tutela do consumidor, os trabalhos examinam a igualdade substancial no processo penal; os direitos de estrangeiros presos; o Tribunal do Júri; o atendimento psicossocial socioeducativo no Pará e a segurança jurídica frente ao ativismo judicial, dentre outros. Em matéria consumerista, destacam-se a inversão do ônus da prova como direito fundamental facilitador da defesa e o enfrentamento ao superendividamento de consumidores hipervulneráveis.

Por fim, a edição contempla as fronteiras tecnológicas e a desjudicialização, problematizando os impactos da inteligência artificial e de exigências padronizadas no acesso à justiça de populações vulnerabilizadas, ao lado de experiências práticas de

resolução extrajudicial de litígios registradas no paper sobre a atuação em Itupiranga no Pará, enriquecendo-se ainda com a sensibilidade reflexiva da resenha cinematográfica apresentada.

Assim, a Arandu converte a produção acadêmica em impacto público ao consolidar-se como canal estratégico de emancipação e fortalecimento institucional. A consecução de mais este número reflete o esforço coletivo de autoras, autores, pareceristas e de todas as Defensorias Públicas que acreditam na força transformadora da pesquisa científica.

Agradecemos a todas as autoras e a todos os autores pelas valiosas contribuições, aos pareceristas pela dedicação na avaliação dos manuscritos, e às Defensorias da Região Norte, com destaque especial para Rondônia nesta edição, por manterem viva esta trajetória de excelência acadêmica.

Desejamos a todas e todos uma excelente e inspiradora leitura.

Porto Velho (RO), 2026

Vilmar Antônio da Silva
Editor Científico Chefe

Téssia Gomes Carneiro
Editor Científica Assistente

Neuton Jardim dos Santos
Editor Científico Assistente